



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada na implantação e operacionalização de sistema informatizado para permitir que postos de abastecimento, oficinas e autopeças credenciados pela Contratada prestem serviços de fornecimento de combustíveis, lubrificantes e serviços de manutenção leve, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, acessórios, pneus, demais materiais para a frota de veículos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - TRE-SC.

2. Fundamentação da Contratação

Em função da necessidade de suprir a frota de veículos do TRESC com combustíveis e demais produtos e serviços, bem como de se efetuar a adequada manutenção, de modo a dar cumprimento a sua função de locomoção com nível de segurança adequado, além de manter os veículos em perfeitas condições de uso, para atendimento das demandas do Tribunal com segurança para seus usuários.

3. Descrição da solução

A solução consiste na contratação de empresa especializada na gestão integrada de frota. A prestação dos serviços ocorrerá por meio de sistema informatizado via internet, abrangendo o gerenciamento de abastecimento, estética automotiva, manutenção preventiva e corretiva (incluindo peças, pneus e higienização), para a frota própria, locada e requisitada do TRE-SC, junto a redes credenciadas de postos de combustíveis, oficinas e autopeças.

Item 1 – Gerenciamento de Abastecimento e Manutenção Leve: Gerenciamento e administração de frota por meio de sistema informatizado integrado com tecnologia de pagamento por cartão magnético ou microprocessado, destinados à intermediação da aquisição de combustíveis em geral, lubrificantes, aditivos e óleos em rede de postos varejistas credenciados, abrangendo o abastecimento e a manutenção leve de veículos próprios, e eventualmente locados ou requisitados.

Item 2 – Gerenciamento de Manutenções Preventiva e Corretiva e Estética Automotiva: Gerenciamento e administração de frota por meio de sistema informatizado integrado com tecnologia de pagamento por cartão magnético ou microprocessado, compreendendo a intermediação e o controle de serviços de manutenção preventiva e corretiva em rede de estabelecimentos credenciados, incluindo mecânica geral, elétrica, ar-condicionado, funilaria, pintura, estofaria, lubrificação, alinhamento e balanceamento, bem como o fornecimento de peças de reposição originais, genuínas ou similares, pneus e acessórios, abrangendo também revisões de rotina, limpeza e lavagem, e serviços especializados de estética automotiva para conservação da aparência, tais como cristalização, espelhamento e polimento.

Estimativas de Consumo com base nas despesas dos últimos dois anos (Contrato n. 008/2021):

ITENS DE CONSUMO	VALORES PRATICADOS NO ANO DE 2024	
	MENSAL	ANUAL
ABASTECIMENTO	R\$ 13.824,41	R\$ 165.892,92
MANUTENÇÃO	R\$ 10.556,06	R\$ 126.672,71



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TOTAL DE CONSUMO	R\$ 24.380,47	R\$ 292.565,64
------------------	---------------	----------------

ITENS DE CONSUMO	VALORES PRATICADOS NO ANO DE 2025	
	MENSAL	ANUAL
ABASTECIMENTO	R\$ 15.334,06	R\$ 184.008,72
MANUTENÇÃO	R\$ 17.084,50	R\$ 205.014,00
TOTAL DE CONSUMO	R\$ 32.418,56	389.022,72

Com base nas despesas dos últimos dois anos pelo contrato atualmente vigente, estima-se um custo anual futuro de **R\$392.800,00** considerando o IPCA acumulado no período e a média dos produtos e serviços, implementando uma lavagem completa por veículo ao mês, considerando a projeção para 2026.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar está juntado ao PAE n. 11.474/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

CATSER 20648: Gerenciamento e Controle de Frota de Veículos.

4. Requisitos da contratação

A solução será executada por meio de gestão integrada, operada via sistema informatizado em ambiente web, permitindo a transação de créditos via cartões eletrônicos e o gerenciamento de ordens de serviço em rede credenciada de postos e oficinas, conforme os requisitos abaixo:

4.1. Escopo Geral

A contratação deve contemplar o abastecimento e manutenção leve e pesada da frota, serviços de estética automotiva e a disponibilização de um sistema de gerenciamento online para controle de indicadores financeiros e gerenciais, incluindo sistemas operacionais para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos.

4.2. Requisitos Funcionais do Objeto

4.2.1. Abastecimento e manutenção leve (item 1)

- Fornecimento de combustíveis e lubrificantes em rede varejista credenciada.
- Operação via cartões eletrônicos ou magnéticos individuais (um por veículo), vinculados à frota, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações.
- Monitoramento atualizado de consumo, quilometragem (odômetro), identificação de motorista/veículo, data, hora e lotação, tipos de combustíveis e componentes.
- O cartão é de uso exclusivo do veículo identificado, devendo a Contratada apresentar solução que



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

iniba ou identifique utilizações não autorizadas. O cartão permanece como propriedade da Contratada, devendo ser devolvido em caso de rescisão.

4.2.2. Manutenção preventiva e corretiva e estética automotiva (item 2)

- Gerenciamento de serviços de mecânica, elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento e balanceamento.
- Fornecimento de peças, componentes, pneus e materiais originais ou de primeira linha.
- Gestão de Ordens de Serviço (OS) via internet, permitindo solicitação, aprovação e reprovação de orçamentos pelo gestor, bem como autorização para realização dos serviços.
- Serviços focados na conservação da aparência e higienização, lavagem clássica, cristalização, espelhamento e polimento.

4.3. Requisitos do Sistema de gerenciamento online

O sistema deverá permitir a gestão integrada dos serviços e abastecimentos, com as seguintes especificações:

- Validação automática: Verificação de placa, hodômetro, capacidade do tanque, serviços autorizados e senha individual e exclusiva do motorista.
- Relatórios Financeiros: Detalhamento de despesas por veículo, análise de consumo, histórico de quilometragem e preços praticados na rede.
- Relatórios Operacionais: Alertas de inconsistência de hodômetro, desvios de média (km/l) e abastecimentos acima da capacidade do tanque e demais relatórios de exceção solicitados pelo TRES.
- Controle de crédito: Bloqueio de operações que ultrapassem o limite estabelecido. Em caso de necessidade de crédito adicional por ocorrências não programadas, este só será realizado mediante autorização expressa do gestor.
- Contingência: Procedimento de compra via SAC 24h para falhas técnicas, danos no cartão ou falta de energia, garantindo a continuidade operacional através de número de autorização por telefone.

4.4. Requisitos da Rede Credenciada e Localização

- Abrangência: Disponibilidade de postos e oficinas em todos os locais indicados no Anexo I.
- Prazos de Credenciamento: Rede operacional em até 15 (quinze) dias para Florianópolis e 30 (trinta) dias para as demais cidades, contados da assinatura do contrato.
- Ampliação da Rede: Credenciamento de novas localidades em até 30 (trinta) dias após solicitação do Contratante, havendo condições para tal.
- Regularidade Ambiental: Empresas de combustíveis e produtos perigosos devem possuir Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais (CTF/APP), nos termos da Lei n. 6.938/1981 e das Instruções Normativas IBAMA n. 6/2014 e 13/2021).
- Identificação e Fiscalização: Os estabelecimentos devem exibir obrigatoriamente a identificação de adesão ao sistema em local visível. A Contratada deve fiscalizar os serviços sistêmicos da rede para garantir o resultado satisfatório.
- Responsabilidade Financeira: A Contratada deve pagar pontualmente a rede credenciada, sendo a única responsável por esses valores. O Contratante não se responsabiliza por itens ou serviços realizados sem autorização expressa.

4.5. Requisitos de Implantação e Qualidade

A implantação compreende o planejamento, levantamento de dados, cadastramento da frota e estudo logístico, sem ônus adicional ao Contratante.

- Capacitação (Florianópolis):
 - Abastecimento: Mínimo de 8h para 10 usuários.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Manutenção: Mínimo de 8h para 03 usuários.
- Rede: Treinamento dos responsáveis pelos postos e oficinas credenciadas.
- Materiais: Fornecimento de manuais de instrução e material de treinamento para motoristas e gestores.
- Logística de Cartões: Entrega dos cartões físicos em até 07 (sete) dias úteis após o cadastramento no sistema.
- Comprovante de Transação: O equipamento deve emitir termo impresso (independente de solicitação e sem custo) contendo: saldo remanescente, hodômetro, nome do estabelecimento, data/hora, quantidade, tipo de mercadoria/serviço, valor total e código do motorista.
- Correção de Vícios: Reparar, corrigir ou substituir o objeto em que se verificarem vícios ou incorreções no prazo máximo de 30 (trinta) dias após comunicação.

4.6. Requisitos de Regularidade e Consultoria

- Conformidade: Observância rigorosa da regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução.
- Consultoria: Disponibilização de consultoria permanente para suporte técnico e auxílio na gestão estratégica da frota.
- Responsabilidade do Contratante: Garantir a veracidade das informações digitadas; caso ocorram distorções, a Contratada deverá prover relatórios para identificação e correção em tempo hábil.

5. Modelo de execução do objeto

O contrato será executado sob o regime de prestação de serviços contínuos, mediante gestão integrada por sistema informatizado, seguindo o fluxo operacional descrito abaixo:

5.1. Etapa de Mobilização e Implantação

Após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço inicial, a execução seguirá as seguintes fases:

- Levantamento e Cadastro: O CONTRATANTE fornecerá os dados atualizados da frota e dos condutores para que a CONTRATADA realize a carga inicial no sistema.
- Configuração de Limites: O Gestor do Contrato definirá, via sistema, os limites de crédito, restrições de horários e tipos de produtos/serviços permitidos para cada veículo.
- Entrega e Treinamento: A CONTRATADA realizará a entrega dos cartões e os treinamentos presenciais e/ou virtuais para os usuários e gestores, conforme os prazos estabelecidos nos Requisitos da Contratação.

5.2. Fluxo Operacional de Abastecimento

As transações de abastecimento e lubrificação ocorrerão da seguinte forma:

- Identificação: O motorista apresenta o cartão do veículo no estabelecimento credenciado.
- Validação: O sistema realiza a leitura dos dados (placa, hodômetro, saldo e permissões).
- Autorização: O motorista digita sua senha pessoal e exclusiva para confirmar a operação.
- Registro: Após a transação, o sistema atualiza instantaneamente o saldo e gera o comprovante físico para o motorista e o registro digital para o gestor.

5.3. Fluxo Operacional de Manutenção e Estética

Para os serviços de manutenção (preventiva/corretiva) e estética, o fluxo seguirá o trâmite digital:

- Abertura de Chamado: O veículo é encaminhado à oficina credenciada, que realiza o diagnóstico.
- Orçamentação: A oficina insere a relação de peças e mão de obra no sistema informatizado da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATADA.

- Análise e Aprovação: O Gestor do Contrato analisa o orçamento online (verificando preços e necessidade do serviço) e emite a autorização ou reprovação diretamente pela plataforma.
- Execução e Entrega: Após a aprovação, o serviço é realizado e o registro de conclusão é inserido no sistema para fins de histórico e faturamento.

5.4. Gestão e Monitoramento Contínuo

Durante toda a vigência, a execução será monitorada por:

- Acompanhamento de Alertas: O sistema enviará alertas automáticos ao CONTRATANTE em caso de inconsistências (ex: consumo excessivo ou erro de hodômetro).
- Consultoria Estratégica: A CONTRATADA deverá realizar reuniões periódicas ou fornecer suporte técnico para análise dos indicadores de desempenho da frota, visando a otimização de custos.
- Atualização da Rede: A manutenção e expansão da rede credenciada ocorrerão mediante demanda, garantindo que o CONTRATANTE sempre disponha de postos e oficinas nos locais de operação.

5.5. Ciclo de Faturamento

- Fechamento: Ao final de cada período mensal, a CONTRATADA consolidará todas as transações autorizadas e processadas.
- Conferência: O CONTRATANTE terá acesso aos relatórios para conferência dos valores e serviços executados frente às autorizações emitidas.
- Emissão de Nota Fiscal: Após a validação dos relatórios, a CONTRATADA emitirá o documento fiscal para o devido processo de pagamento.

5.1. Prazos

Os prazos contratuais têm o seu marco inicial a contar da data do recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Edifício Anexo I do TRE-SC, situado na Rua Esteves Júnior, 80, no Centro de Florianópolis/SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.6. Vigência da contratação

Considerando a natureza contínua do objeto ora demandado, propõe-se que o contrato a ser celebrado tenha vigência inicial de 05 (cinco) anos, a partir da data da assinatura, conforme autorizado pelo art. 106 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da referida Lei.

A adoção de vigência plurianual traz benefícios relevantes para a Administração, destacando-se a racionalização administrativa, por reduzir a necessidade de formalização de aditivos contratuais de prorrogação em curtos intervalos, gerando economia de tempo e de recursos das áreas técnicas, jurídicas e de gestão de contratos; estabilidade na execução contratual, por evitar a fragmentação da prestação dos serviços e contribuir para a manutenção de rotinas operacionais já consolidadas, prevenindo descon continuidades decorrentes de processos licitatórios frequentes ou alterações contratuais recorrentes; eficiência no planejamento orçamentário e operacional, por facilitar a previsão e o gerenciamento das despesas ao longo do ciclo de contratação e permitir à Administração estruturar suas atividades com maior segurança e previsibilidade; potencial para obtenção de propostas economicamente mais vantajosas, pois a vigência mais extensa tende a estimular ofertas comerciais mais competitivas, permitindo ao futuro contratado diluir custos de mobilização e estruturação do serviço ao longo do prazo contratual; redução de impactos decorrentes de transições contratuais frequentes, como novas fases de implantação, adaptação de equipes, treinamentos e ajustes operacionais; e alinhamento com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, consagrados na Lei nº 14.133/2021, promovendo uma atuação administrativa mais racional e sustentável.

Diante de tais elementos, entende-se que a adoção de vigência plurianual no presente caso atende ao interesse público e contribui para a adequada execução do objeto contratual, com ganhos de eficiência e economicidade para a Administração.

5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. Das Obrigações Gerais e de Gestão

5.7.1.1. Efetuar o pagamento à Contratada rigorosamente de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato;

5.7.1.2. Promover a gestão e a fiscalização do contrato por meio de representante designado (Coordenador de Serviços e Materiais ou substituto), em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

5.7.1.3. Fornecer e manter atualizado o cadastro completo da frota e dos motoristas autorizados, contendo: tipo da frota (própria, terceiros, locada), placa, chassi, marca, modelo, combustível (etanol, gasolina, diesel), lotação (Sede ou Cartório), capacidade do tanque, hodômetro e identificação funcional dos condutores;

5.7.1.4. Promover o cadastramento de usuários no sistema informatizado, observando os níveis de acesso: Administrador, com poderes de alteração de limites de crédito e configurações sistêmicas; Usuário/Fiscal, com acesso restrito a relatórios e consultas operacionais;

5.7.1.5. Responsabilizar-se pela gestão de senhas e pela veracidade das informações digitadas no sistema pelos seus condutores no momento das transações.

5.7.2. Obrigações relativas ao item 1 (Abastecimento e manutenção leve):

5.7.2.1. Dar ciência aos condutores sobre as normas de utilização do sistema, orientando-os para o uso correto dos cartões e para a guarda das senhas individuais;

5.7.2.2. Estabelecer e gerir, via sistema, o limite de crédito individual por veículo, bem como realizar eventuais remanejamentos ou incrementos de saldo mediante justificativa;

5.7.2.3. Solicitar a emissão de novos cartões em caso de extravio ou danos físicos, observando o prazo de cadastramento no sistema;

5.7.2.4. Informar imediatamente à Contratada a ocorrência de furto, roubo, perda ou suspeita de fraude



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

envolvendo os cartões, procedendo ao bloqueio imediato via sistema ou SAC 24h;

5.7.2.5. Providenciar o cancelamento definitivo e o recolhimento dos cartões de veículos que forem alienados ou desvinculados da frota do TRE-SC;

5.7.2.6. Devolver à Contratada, devidamente assinado, o protocolo de recebimento dos cartões, responsabilizando-se pelo uso a partir da entrega física

5.7.3. Obrigações Relativas ao Item 2 (Manutenção corretiva e preventiva)

5.7.3.1. Encaminhar os veículos para manutenção exclusivamente às oficinas da rede credenciada, salvo casos excepcionais devidamente justificados;

5.7.3.2. Solicitar, analisar e aprovar, obrigatoriamente via sistema informatizado, os orçamentos de peças, materiais e mão de obra;

5.7.3.3. Fiscalizar a execução dos serviços e a qualidade dos materiais aplicados, rejeitando, no todo ou em parte, o que estiver em desacordo com as especificações técnicas;

5.7.3.4. Garantir a economicidade na aprovação de orçamentos, observando a ordem de prioridade das tabelas de referência. Nos casos em que as peças não constarem nos sistemas especializados ou tabelas de montadoras, a economicidade será garantida mediante a apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos pela Contratada, incidindo o desconto contratual sobre o menor dos valores obtidos, sendo este o critério para a baliza de preços dos serviços de estética automotiva. Em caso de impossibilidade de obtenção do número mínimo de orçamentos, o responsável registrará no sistema a justificativa.

Apresentar, no mínimo, 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos pela Contratada, incidindo o desconto contratual sobre o menor dos valores obtidos.

5.7.3.5. Realizar a conferência final dos serviços executados antes da liberação do veículo e da respectiva baixa da Ordem de Serviço no sistema.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. Das Obrigações Gerais e Legais

5.8.1.1. Executar o objeto rigorosamente dentro das condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta comercial;

5.8.1.2. Iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida pelo gestor da contratação, mediante comunicação prévia à CONTRATADA com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;

5.8.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação;

5.8.1.4. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução contratual;

5.8.1.5. Não transferir a outrem, nem subcontratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação;

5.8.1.6. Assumir total responsabilidade por erros ou omissões na execução do objeto, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

5.8.1.7. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação pelo gestor não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto;

5.8.1.8. Disponibilizar consultoria permanente durante a vigência contratual para suporte técnico e auxílio na gestão estratégica e otimização da frota.

5.8.2. Dos Sistemas e Tecnologia de Gestão



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.2.1. Fornecer sistema de gerenciamento integrado e sistemas operacionais via Internet para o processamento das informações de abastecimento, lubrificação e manutenção leve/pesada, além de serviços de estética automotiva;

5.8.2.2. Garantir a informatização e atualização permanente de dados em tempo real, incluindo: consumo de combustível, quilometragem (hodômetro), custos, identificação de veículos, identificação de motoristas (nome e código), lotação, datas, horários, produtos e serviços;

5.8.2.3. Disponibilizar plataforma para emissão de Relatórios Financeiros (detalhamento por veículo, lotação, tipo de mercadoria e preços praticados) e Relatórios Operacionais (alertas de inconsistência de hodômetro, desvios de média km/l e abastecimentos acima da capacidade do tanque);

5.8.2.4. Oferecer sistema específico para gestão de manutenção que permita o controle total de Ordens de Serviço (solicitação, aprovação e reprovação de orçamentos pelo gestor) e autorização eletrônica prévia;

5.8.2.5. Disponibilizar permanentemente ao CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota em formato e padrão compatíveis com os sistemas do Órgão, garantindo a transparência e auditabilidade;

5.8.2.6. Garantir que o sistema realize o bloqueio automático de operações que ultrapassem o limite de crédito estabelecido, permitindo créditos adicionais apenas via autorização expressa e documentada do gestor.

5.8.3. Da Implantação, Treinamento e Consultoria

5.8.3.1. Realizar a implantação completa do sistema, compreendendo o planejamento, levantamento de dados da frota, cadastramento de veículos e estudo logístico da rede, sem qualquer ônus adicional;

5.8.3.2. Realizar treinamento presencial em Florianópolis/SC, com carga horária mínima de 08 (oito) horas, destinado a aproximadamente 10 usuários de abastecimento, 03 de manutenção e aos responsáveis pela rede credenciada;

5.8.3.3. Fornecer material de treinamento, manuais de instruções atualizados e manuais de uso de rede para motoristas e gestores, prestando orientação contínua sobre a utilização correta do sistema;

5.8.3.4. Prestar suporte técnico contínuo ao gestor e motoristas para evitar o desvirtuamento da finalidade do sistema ou dos cartões eletrônicos.

5.8.4. Dos Cartões e Regras de Utilização

5.8.4.1. Fornecer cartões eletrônicos ou magnéticos individuais por veículo no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após o cadastramento no sistema informatizado;

5.8.4.2. Zelar pela segurança das transações, garantindo que o sistema valide, obrigatoriamente: placa do veículo, hodômetro, capacidade do tanque, mercadorias/serviços autorizados e senha individual exclusiva do motorista;

5.8.4.3. Garantir que o equipamento emita comprovante detalhado (título extrajudicial) contendo: saldo remanescente, hodômetro no momento da transação, nome do estabelecimento, data/hora, quantidade, tipo de mercadoria/serviço, valor total e código do motorista;

5.8.4.4. Disponibilizar procedimento de compra contingencial via SAC 24h para falhas técnicas, danos nos cartões ou falta de energia, garantindo a obtenção de autorização por telefone para não prejudicar a continuidade operacional;

5.8.4.5. Manter a propriedade exclusiva dos cartões, responsabilizando-se pela substituição em caso de danos involuntários e exigindo sua devolução apenas em caso de rescisão ou encerramento contratual;

5.8.4.6. Implementar travas de segurança sistêmicas que inibam ou identifiquem com agilidade o uso do cartão em veículo diverso daquele identificado no plástico.

5.8.5. Da Rede Credenciada e Pagamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.5.1. A rede inicial operacional deve estar apta em até 15 (quinze) dias para o município de Florianópolis e em até 30 (trinta) dias para as demais cidades indicadas no Anexo I, contados da assinatura do contrato;

5.8.5.2. Ampliar a rede credenciada em outras localidades mediante solicitação do CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

5.8.5.3. Referentemente ao Item 1 (abastecimento), credenciar postos de combustíveis e serviços que possuam o Certificado de Regularidade (CR) válido junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em observância à Lei nº 6.938/1981, devendo os estabelecimentos estarem devidamente regularizados perante o IBAMA conforme a Instrução Normativa nº 13/2021 e demais normas correlatas, garantindo o pleno atendimento às exigências de controle ambiental e fiscalização vigentes;

5.8.5.4. Referentemente ao Item 2 (Manutenção e Estética), credenciar oficinas, autopeças e centros de estética automotiva aptos a fornecer peças originais ou de primeira linha, respeitando as quantidades mínimas definidas no Anexo I;

5.8.5.5. Nos casos de veículos em garantia técnica, caso a concessionária autorizada da marca se recuse a integrar a rede credenciada ou a conceder descontos comerciais à Contratada, esta deverá viabilizar o pagamento direto à concessionária sob demanda, mantendo a obrigatoriedade de aplicar o desconto linear contratado no faturamento para o TRE-SC, assumindo integralmente eventuais ônus financeiros resultantes desta transação comercial.

5.8.5.6. Fiscalizar periodicamente a rede credenciada quanto à qualidade dos serviços sistêmicos e garantir que mantenham identificação visual de adesão ao sistema em local visível;

5.8.5.7. Efetuar o pagamento pontual à rede credenciada pelos valores efetivamente consumidos, sendo a CONTRATADA a única responsável por esse adimplemento, sem qualquer solidariedade ou subsidiariedade do CONTRATANTE.

5.8.6. Das Responsabilidades Técnicas e Corretivas

5.8.6.1. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços ou falhas no sistema informatizado;

5.8.6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial;

5.8.6.3. Aceitar que o CONTRATANTE não se responsabilizará por pagamentos de combustíveis, materiais ou serviços realizados sem autorização expressa, cabendo o ônus da venda indevida ao estabelecimento credenciado ou à CONTRATADA;

5.8.6.4. Disponibilizar relatórios de anomalias que permitam ao CONTRATANTE identificar e corrigir enganos ou distorções nas informações digitadas no momento das transações em tempo hábil.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa e com a setorial;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica e com a setorial;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e de fiscalização serão exercidas por meio do Gestor do Contrato, qual seja, o servidor titular da função de Coordenador de Serviços e Materiais, pelos Fiscais Técnicos, em conjunto ou individualmente, quais sejam, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Apoio Administrativo e pelo seu Assistente III, e pelos Fiscais Administrativos, quais sejam, os servidores titulares das funções de Chefe da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária e Chefe da Seção de Gerenciamento de Contratações.

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor da contratação será o Coordenador de Serviços e Materiais (CSM).

6.5. Alocação de riscos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pela natureza do objeto desta contratação, não se faz necessária a definição da matriz de alocação de riscos.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Após análise técnica e econômica, conclui-se que o objeto não comporta parcelamento, devendo a contratação ocorrer com **adjudicação global**.

A contratação envolve solução integrada de gestão da frota, compreendendo, de forma indissociável, o fornecimento de cartão combustível e a prestação de serviços de manutenção por meio de rede de oficinas credenciadas, operados por sistema único de controle, faturamento e relatórios gerenciais.

O parcelamento do objeto acarretaria perda de eficiência operacional, aumento de custos administrativos e dificuldades de gestão e fiscalização, sem ganhos econômicos ou técnicos relevantes. Ademais, trata-se de modelo amplamente ofertado pelo mercado, o que assegura competitividade mesmo com adjudicação global.

Dessa forma, nos termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a adjudicação global a um único fornecedor.

9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo Contratante.

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

9.2.1. Critérios de habilitação

9.2.1.1. Qualificação Técnica: Considerando a natureza do objeto e a complexidade da gestão integrada de frota, a licitante deverá comprovar sua capacidade técnica mediante a apresentação de:

a) Um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação;

b) Os atestados deverão demonstrar que a licitante executou, satisfatoriamente, a gestão de frota por meio de sistema informatizado, abrangendo o gerenciamento de abastecimento de combustíveis e/ou manutenção de veículos, com utilização de cartões eletrônicos ou magnéticos em rede credenciada de estabelecimentos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) A comprovação de aptidão poderá ser feita pela somatória de atestados, desde que os serviços tenham sido executados de forma concomitante ou em períodos distintos.

9.2.1.2. Qualificação Econômico-Financeira: Considerando o vulto da contratação e a necessidade de garantir a saúde financeira da empresa que gerará créditos de combustíveis e pagamentos à rede, deverá ser exigido:

a) Apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da sessão, caso não conste prazo de validade no documento;

c) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido caracteriza-se como serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, o que justifica a utilização da modalidade “Pregão”, em sua forma eletrônica.

9.2.3.1. O critério de julgamento será o de MAIOR DESCONTO (Art. 33, II, da Lei nº 14.133/2021), a ser aplicado de forma linear e única sobre o valor global estimado do contrato.

9.2.3.2. Para fins de faturamento e execução, o percentual de desconto ofertado incidirá obrigatoriamente sobre as seguintes bases de referência, devendo constar na fatura o valor original, o percentual de desconto aplicado e o valor líquido final a ser pago:

- **Item 1 (Abastecimento):** Sobre o valor do Preço de Bomba (varejo) praticado pelos postos credenciados no ato da transação.
- **Item 2 (Peças e Acessórios):** Na execução dos serviços, o valor das peças será definido pela aplicação do desconto ofertado sobre os preços constantes nas tabelas de referência, obedecendo à seguinte ordem de prioridade: 1) Tabelas de Sistemas Especializados (Audatex, Orion ou equivalente); 2) Tabelas Oficiais das Montadoras (quando a peça não constar no item 1); 3) Média de Mercado (na ausência nos sistemas acima, o desconto incidirá sobre a média de 03 orçamentos de fornecedores distintos); 4) Preço de Balcão em Concessionária (exclusivo para veículos em garantia técnica, comprovado por nota fiscal da oficina).
- **Item 2 (Mão de Obra):** Para a definição do valor bruto da Mão de Obra Técnica, a Contratada deverá obrigatoriamente utilizar sistemas informatizados de notória confiança e consulta on-line, que possibilitem a verificação da tabela de tempos de mão de obra padrão. A ordem de prioridade será: 1. Sistemas Especializados de Orçamentação (plataformas como Audatex, Orion, Cilia, Molicar ou equivalente técnico); 2. Tabelas Oficiais de Fabricantes/Montadoras (tempo padrão definido pelo fabricante do veículo); Consulta em Concessionária (consulta de preços e tempos na concessionária da marca do veículo, com identificação do informante).
- **Item 2 (Estética Automotiva):** Para os serviços de conservação da aparência (ex: lavagem, higienização, cristalização, espelhamento e polimento), dada a ausência de previsão em tabelas oficiais ou de referência, o valor bruto de referência será estabelecido mediante a obtenção de, no



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

mínimo, 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos da rede credenciada. O percentual de desconto linear contratado incidirá obrigatoriamente sobre o menor valor orçado.

9.2.3.3. As pesquisas de preços, tempos de execução e códigos de peças são de inteira responsabilidade da contratada.

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Gerenciamento e administração de frota por meio de sistema informatizado integrado com tecnologia de pagamento por cartão magnético ou microprocessado, destinados à intermediação da aquisição de combustíveis em geral, lubrificantes, aditivos e óleos em rede de postos varejistas credenciados, abrangendo o abastecimento e a manutenção leve de veículos próprios, e eventualmente locados ou requisitados.	1	R\$198.992,61	R\$198.992,61
2	Gerenciamento e administração de frota por meio de sistema informatizado integrado com tecnologia de pagamento por cartão magnético ou microprocessado, compreendendo a intermediação e o controle de serviços de manutenção preventiva e corretiva em rede de estabelecimentos credenciados, incluindo mecânica geral, elétrica, ar-condicionado, funilaria, pintura, estofaria, lubrificação, alinhamento e balanceamento, bem como o fornecimento de peças de reposição originais, genuínas ou similares, pneus e acessórios, abrangendo também revisões de rotina, limpeza e lavagem, e serviços especializados de estética automotiva para conservação da aparência, tais como cristalização, espelhamento e polimento.	1	R\$192.800,00	R\$192.800,00
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$391.792,61

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item do Plano: 20 – Gerenciamento de frota

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
Contratação de empresa para realização de manutenção e abastecimento de veículos do TRESA e os eventualmente locados ou requisitados.	02.122.0570.20GP.00 42 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC	3.3.90.39 - Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.30, subitem 01 – Combustíveis e Lubrificantes 3.3.90.30, subitem 39 – Material para manutenção de veículo	Item 20 Gerenciamento de Frota 2026
Total			R\$391.792,61

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor mensal contratado, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

c) a inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos valores mensais vencidos, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Serviços

1. Abastecimento e manutenção leve da frota com o fornecimento de combustíveis e lubrificantes em postos varejistas credenciados pela Contratada nos municípios constantes da relação abaixo:

ITEM 1 - ESTABELECIMENTOS		
CIDADES	QUANTIDADE	MÍNIMA DE POSTOS
Araranguá	1	
Biguaçu	1	
Blumenau	1	
Bom Retiro	1	
Brusque	1	
Caçador	1	
Campos Novos	1	
Canoinhas	1	
Concórdia	1	
Criciúma	1	
Curitibanos	1	
Florianópolis – Centro	2	
Florianópolis – Estreito	2	
Ibirama	1	
Indaial	1	
Itajaí	1	
Jaraguá do Sul	1	
Joaçaba	1	
Joinville	1	
Laguna	1	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Lages	1
Maфра	1
Orleans	1
Palhoça	1
Porto União	1
Rio do Sul	1
São Francisco do Sul	1
São Joaquim	1
São José	1
São Bento do Sul	1
Tijucas	1
Timbó	1
Tubarão	1
Urussanga	1
Chapecó	1
Videira	1
Capinzal	1
Itaiópolis	1
Ituporanga	1
Palmitos	1
Turvo	1
Xanxerê	1
Braço do Norte	1
São Miguel do Oeste	1
Taió	1
Tangará	1
Xaxim	1



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

São Lourenço do Oeste	1
Dionísio Cerqueira	1
Santa Cecília	1
Anita Garibaldi	1
São João Batista	1
Sombrio	1
Pomerode	1
Balneário Camboriú	1
Trombudo Central	1
Maravilha	1
Guaramirim	1
Seara	1
Imaruí	1
Ponte Serrada	1
Gaspar	1
Itapiranga	1
Pinhalzinho	1
Santo Amaro da Imperatriz	1
Balneário Piçarras	1
Campo Erê	1
São Carlos	1
Abelardo Luz	1
Imbituba	1
Rio Negrinho	1
Fraiburgo	1
Quilombo	1
Içara	1



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Papanduva	1
Modelo	1
Navegantes	1
Joaçaba	1

2. Manutenção preventiva e corretiva da frota com o fornecimento de peças, componentes, pneus e demais materiais e serviços especializados de manutenção mecânica, elétrica, lataria, pintura, estofaria, alinhamento e balanceamento de rodas, estética automotiva, através de sistema informatizado pela Internet, para o atendimento dos veículos, por meio de estabelecimentos credenciados pela Contratada.

2.1. A Contratada deve credenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, exceto para o município de Florianópolis, em que o prazo será de até 15 (quinze) dias, oficinas e autopeças para a manutenção da frota de veículos do Contratante, e estabelecimentos de estética automotiva, nas cidades relacionadas abaixo, com as respectivas quantidades mínimas para o atendimento de manutenção da frota da categoria A = Automóveis e camionetas:

ATENDIMENTO DE MANUTENÇÃO PARA FROTA DA CATEGORIA A = AUTOMÓVEIS E CAMIONETAS							
CIDADE	QUANTIDADES MÍNIMAS DE ESTABELECIMENTOS POR ESPECIALIDADE						
	1	2	3	4	5	6	TOTAL
Florianópolis	2	2	2	2	2	3	13
Itajaí	1	1	1	1	1	1	6
Jaraguá do Sul	1	1	1	1	1	1	6
Joaçaba	1	1	1	1	1	1	6
Concórdia	1	1	1	1	1	1	6
Joinville	1	1	1	1	1	2	7
Lages	1	1	1	1	1	1	6
Rio do Sul	1	1	1	1	1	1	6
Chapecó	1	1	1	1	1	2	7
Canoinhas	1	1	1	1	1	1	6
Blumenau	1	1	1	1	1	2	7
Criciúma	1	1	1	1	1	2	7



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

São José	1	1	1	1	1	2	7
Tubarão	1	1	1	1	1	1	6
TOTAL	15	15	15	15	15	21	96

ITEM 2 - ESTABELECIMENTOS	
CÓD.	ESPECIALIDADE
1	MECÂNICA E ELÉTRICA
2	LATARIA E PINTURA
3	RETÍFICA DE MOTORES
4	PNEUS
5	AUTOPEÇAS
6	ESTÉTICA AUTOMOTIVA

2.2. A Contratada deve credenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, oficinas e autopeças, e estabelecimentos de estética automotiva, para a manutenção da frota de veículos do TRESC, na cidade abaixo relacionada com as respectivas quantidades mínimas de oficinas e autopeças para o atendimento de manutenção da frota da categoria B = Microônibus e caminhão:

ATENDIMENTO DE MANUTENÇÃO PARA FROTA DA CATEGORIA B = MICROÔNIBUS E CAMINHÃO							
CIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA DE ESTABELECIMENTOS POR ESPECIALIDADE						
	1	2	3	4	5	6	TOTAL
Florianópolis	2	2	2	2	2	2	12

ITEM 2 - ESTABELECIMENTOS



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CÓD.	ESPECIALIDADE
1	MECÂNICA E ELÉTRICA
2	LATARIA E PINTURA
3	RETÍFICA DE MOTORES
4	PNEUS
5	AUTOPEÇAS
6	ESTÉTICA AUTOMOTIVA

3. Dos serviços de abastecimento e manutenção leve da frota de veículos.

3.1 – A rede de postos credenciados pela Contratada deve fornecer os combustíveis, lubrificantes, materiais, componentes e serviços abaixo descritos pelos valores de referência estabelecidos no contrato (ex: preço de bomba e tabelas oficiais), sobre os quais incidirá o desconto linear contratado.

3.1.1 - Combustíveis dos tipos: etanol, gasolina e diesel comuns.

3.1.2 - Óleos lubrificantes minerais, sintéticos ou semi-sintéticos para motores a etanol, gasolina e diesel.

3.1.3 - Reposição do nível da solução para o sistema de esguicho do limpador de para-brisa.

3.1.4 - Troca do extintor de incêndio.

3.1.5 - Troca das palhetas dos limpadores de pára-brisas.

3.1.6 - Reposição do nível da solução para o sistema de arrefecimento.

3.1.7 - Reposição do nível do óleo do motor.

3.1.8 - Reposição do nível do fluido de freio

3.1.9 - Serviço de conserto de pneus.

3.1.10 - Filtros de óleo, combustível e ar

4. Da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Contratante, com fornecimento de peças, componentes, pneus e demais materiais e serviços de estética automotiva, pelos estabelecimentos credenciados, nas especialidades mencionadas no quadro abaixo:

ITEM 2 - ESTABELECIMENTOS	
CÓDIGO	ESPECIALIDADE
1	MECÂNICA E ELÉTRICA
2	LATARIA E PINTURA
3	RETÍFICA DE MOTORES
4	PNEUS



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5	AUTOPEÇAS
6	ESTÉTICA AUTOMOTIVA

4.1. - Para atender à manutenção da frota de veículos o TRE-SC fixa o prazo de 30 dias da data da vigência do contrato, para que a CONTRATADA credencie oficinas e autopeças nas cidades relacionadas no item 2. deste Anexo I, nas quantidades mínimas nas respectivas especialidades previstas no referido item, exceto para o município de Florianópolis, em que o prazo será de até 15 (quinze) dias, para o atendimento da frota de veículos das categorias abaixo:

VEÍCULOS	
CATEGORIA	TIPO
A	AUTOMÓVEIS E CAMIONETAS
B	MICROÔNIBUS E CAMINHÕES

5. Da execução dos serviços técnicos de manutenção da frota de veículos e responsabilidades das oficinas e autopeças credenciadas pela Contratada.

5.1. Para a execução dos serviços técnicos de manutenção da frota de veículos o Contratante só aceitará como credenciadas pela Contratada, as oficinas que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

5.1.1. microcomputador, impressora e conexão à Internet.

5.1.2. boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal.

5.1.3. equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de motores, balanceamentos e geometrias de rodas.

5.1.4. ferramentaria atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade.

5.1.5. área física adequada à prestação dos serviços de manutenção.

5.1.6. macacos do tipo “elevacar”.

5.1.7. equipe técnica preferencialmente uniformizada.

5.2. Executarem os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais, nas suas instalações, independentemente ou não da marca do veículo.

5.3. Responsabilizarem-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela oficina, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após o vencimento do Contrato.

5.4. Responsabilizarem-se integralmente pelos veículos que estiverem sob sua guarda, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos neles contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis subcontratadas ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a sua devolução ao Contratante.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.5. Executar os serviços solicitados com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados, fielmente dentro das melhores normas técnicas, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo Contratante, devolvendo os veículos ao Contratante em perfeitas condições de funcionamento, observando-se as seguintes condições:

I – No caso de mau atendimento, o Contratante não mais utilizará os serviços prestados pela oficina credenciada pela Contratada, e fará um comunicado a esta, dos fatos que motivaram tal decisão; e

II – O Contratante fiscalizará a execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada pela Contratada, mediante apresentação de três orçamentos, a fim de estabelecer um parâmetro com os preços de mercado. Caso não seja possível a análise da proposta mais vantajosa após a aplicação do desconto através da apresentação de mais de um orçamento, o Contratante estabelecerá o parâmetro com os preços de mercado por outros meios.

5.5.1. Fornecer sem qualquer ônus adicional para o Contratante, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.

5.5.2. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Contratante, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pelo Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

5.5.3. Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, originais ou similares, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização escrita do Contratante.

5.5.3.1. Para veículos em período de garantia técnica, o valor da peça de reposição (Preço de Balcão de Concessionária) deverá ser obrigatoriamente comprovado mediante apresentação de nota fiscal de aquisição da peça pela oficina credenciada, servindo este valor de base para a incidência do desconto.

5.5.4. Atender com prioridade às solicitações do Contratante, para execução de serviços durante o período eleitoral em anos de eleições.

5.5.5. Fornecer em seu orçamento a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço, prazo de garantia e o custo dos serviços a serem empregados para aprovação do Contratante.

5.5.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações, se obriga prontamente a atender.

5.5.7. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (acessórios), causadas por seus empregados ou às subcontratadas.

5.5.8. Devolver, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a conclusão dos serviços, o veículo (limpo internamente e lavado externamente), com todas as peças e componentes que foram substituídos.

5.5.9. Manter estrutura de remoção de veículos em no mínimo um raio de 40 Km, no caso de avaria no mesmo, sem custo adicional para o Contratante, preferencialmente com atendimento durante 24 horas.

5.5.10. Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização do Contratante.

5.5.11. Manter estrutura de “leva e traz” destinada ao atendimento, quando necessário, aos veículos com problemas, tendo como objetivo, apanhar o veículo nas instalações do TRESC, e, após a conclusão dos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

serviços, devolvendo-o no mesmo local.

5.5.12. Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor do Contratante.

5.5.13. Arcar diretamente com as despesas necessárias para a realização de inspeção de vistoria, laudo técnico a ser realizado nos veículos consertados/recuperados, que tenham envolvimento em acidente automobilístico, tendo resultado danos de média monta. Entendendo por média monta, os danos sofridos pelo veículo quando forem afetados os seus componentes mecânicos e estruturais, envolvendo substituições de segurança especificados pelo fabricante, e que, reconstituídos, possam voltar a circular nas vias públicas.

5.5.13.1. O pagamento das despesas realizadas pela oficina credenciada da Contratada relativo às vistorias e laudos técnicos nas hipóteses a que se referem o subitem 5.5.13. serão liquidadas à Contratada através do contrato, sendo que a liquidação somente ocorrerá com a emissão de vistoria e/ou laudo que comprove que o veículo possui perfeitas condições técnicas para circular em vias públicas com segurança.

5.5.14. Atender às necessidades de manutenção da frota em regime de:

5.5.14.1. Assistência a uma ou a multimarcas de veículos.

5.5.14.2. Assistência a uma ou mais categorias de veículos previstas no item 2.

5.5.14.3. Assistência a uma ou a várias especialidades.

5.5.15. Durante o atendimento ao veículo a oficina credenciada pela Contratada deverá:

5.5.15.1. Receber e inspecionar o veículo do Contratante.

5.5.15.2. Enviar para o Contratante via Internet, através do sistema informatizado da Contratada, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo com as descrições das peças, materiais, e serviços com os tempos de execução em horas, os preços brutos de referência (observando a ordem de prioridade de tabelas estabelecida no item 9.2.3.2 do Termo de Referência) e o valor líquido final (após o desconto contratual).

5.5.15.3. Somente executar os serviços após autorização expressa do Contratante, através do sistema informatizado da Contratada, ou conforme orientações da Seção de Segurança e Transportes do TRES.

5.5.15.4. Fornecer para os veículos do Contratante, peças e componentes genuínos, originais ou similares, para toda linha automotiva.

5.5.15.5. Prestar serviços de forma regular e eficiente, disponibilizando profissionais qualificados para tanto.

5.5.15.6. Responder cível e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato.

5.5.15.7. Excepcionalmente para os serviços de estética automotiva, caso seja inviável a segregação estrita entre materiais e horas técnicas (subitem 5.5.15.2), a oficina/centro de estética credenciado poderá apresentar o orçamento no formato de "serviço completo" (pacote). Neste caso, a validação do preço de mercado exigirá obrigatoriamente a cotação concomitante em outros 02 (dois) estabelecimentos credenciados, cabendo ao Contratante aprovar a proposta mais vantajosa após a aplicação do desconto.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.5.16. Para os fornecimentos de peças, componentes e materiais para manutenção da frota de veículos do Contratante, a rede de autopeças credenciada pela Contratada, deve:

5.5.16.1. Somente fornecer peças, componentes, acessórios e materiais após autorização expressa do Contratante, através do sistema informatizado da Contratada, ou conforme orientações da Seção de Segurança e Transportes do TRESC.

5.5.16.2. Todas as oficinas e autopeças credenciadas pela Contratada devem fornecer as peças, componentes e materiais, obedecendo à ordem de prioridade de valores de referência estabelecida no subitem 9.2.3.2 do Termo de Referência, pelos valores de referência estabelecidos no contrato (ex: preço de bomba e tabelas oficiais), sobre os quais incidirá o desconto linear contratado.

6. Dos serviços administrativos relativos à manutenção:

6.1. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle da vida mecânica e das despesas com manutenção da frota de veículos do Contratante.

6.2. Sistemas operacionais para processamento das informações nos computadores do Contratante pela Web (Internet).

6.3. A Contratada disponibilizará acesso ao Contratante do seu sistema informatizado, o qual possibilitará emissão de relatórios que contenham, no mínimo, as seguintes informações: extrato analítico/sintético por veículo, contendo todos os serviços de manutenções, individualmente discriminados por veículo apresentando data, hora, local, quilometragem, descrição das peças, componentes, materiais e serviços empregados, evidenciando os valores brutos de referência (tabelas oficiais e preço máximo da hora técnica), o percentual de desconto ofertado na licitação e o valor líquido final faturado.

6.4. Informatização dos dados da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação do veículo, e respectiva lotação, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para o Contratante e todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como: Tabelas de Grupo, Materiais e serviços genéricos.

6.5. Processo de consolidação de dados, e emissão de relatórios para o Contratante pela Internet.

6.6. Rede de oficinas mecânicas e autopeças equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.

6.7. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos do Contratante, junto às oficinas credenciadas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Relatórios

1. Os Relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as informações relacionadas nos subitens abaixo, acumuladas a partir da contratação dos serviços.

1.1 Para abastecimento e manutenção leve:

- a) relação dos veículos por marca, modelo e ano de fabricação;
- b) histórico das operações realizadas pela frota contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor total da operação e saldo do cartão;
- c) análise e histórico de consumo de combustível (km/l) dos veículos da frota;
- d) quilometragem percorrida pelos veículos;
- e) histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo TRESC;
- f) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- g) preço médio pago pelas mercadorias/serviços adquiridos pela frota;
- h) descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação;
- i) relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;
- j) relatórios constando apenas os veículos que apresentaram distorções em termos de quilometragem/hora e consumo de combustíveis;
- k) relatório do histórico de consumo de combustível, por veículo, por estabelecimento, por lotação, contendo no mínimo a placa, marca, tipo e ano do veículo, data, hora, local, nome do servidor, nome do estabelecimento, quantidade de litros, hodômetro, valor unitário, valor total, média km/l prevista e realizada e preço médio do combustível;
- l) relatório do histórico do limite de consumo de combustível, contendo no mínimo a placa, marca, tipo e ano do veículo, data, hora, local, nome do servidor, nome do estabelecimento, quantidade de litros, hodômetro, valor unitário, valor total, média km/l prevista e realizada, (*)limite previsto e realizado e preço médio do combustível. Este relatório tem por objetivo controlar as variações dos valores limites do consumo de combustível previstos pelo Tribunal com base nos valores realizados;

(*) Os limites do consumo de combustível poderão ser fixados a critério do TRESC, por veículo ou por lotação e poderá ser definido em função da:

- Quantidade de litros;
- Valor do combustível; e
- Quilometragem percorrida.

1.2 Para manutenção preventiva e corretiva:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) relação dos veículos por marca, modelo e ano de fabricação;
- b) histórico das operações realizadas pela frota contendo: data, hora, identificação do estabelecimento, serviço adquirido, quantidade adquirida e valor total da operação;
- c) histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- d) relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;
- e) relatório do histórico da vida mecânica, com a discriminação das peças, componentes, materiais e serviços, com dados da garantia e valores;

1.3. O Contratante pode, a qualquer momento, solicitar novos relatórios, de acordo com a sua necessidade.

1.4. Disponibilidade para o Contratante em até 24 (vinte e quatro horas) contadas da ocorrência do evento, das informações referentes às operações da frota por meio eletrônico via download, em arquivos nos formatos e descrições de campos a serem fornecidas pelo Contratante.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III – Relação de Veículos

N.	Veículo	Placa	Ano/ modelo	Cor	Classificação
1	Fiat, Pálio Weekend Locker 1.8 flex, 4 portas	MFM 8483	2009/2009	Branca	Serviço
2	Fiat, Pálio Weekend Trekking 1.4, 4 portas	MLH 5451	2012/2013	Branca	Serviço
3	Fiat – Pálio Weekend Trekking 1.4 Fire Flex 8V, 4 portas	MLH 5331	2012/2013	Branca	Serviço
4	Fiat – Pálio Weekend Trekking 1.4 Fire Flex 8V, 4 portas	MLH 4811	2012/2013	Branca	Serviço
5	Renault, Master Jaedi Mis, 130CV, 1.48T, 7 portas	AZC 9650	2014/2015	Branca	Serviço
6	Fiat, Pálio Fire, 4 portas	QHX 9560	2015/2016	Branca	Serviço
7	Fiat, Pálio Fire, 4 portas	QHX 9580	2015/2016	Branca	Serviço
8	Mercedes Benz, Camionete Furgão Sprinter 311 Street F33L	QHY 3197	2015/2016	Branca	Serviço
9	Ford, Caminhão Cargo 1119	QHR 1739	2016/2017	Branca	Serviço
10	Hyundai, IX35 GLS 2.0 Aut.	QJS 6041	2018/2019	Preta	Representação
11	Hyundai, IX35 GLS 2.0 Aut.	QIW 9817	2018/2019	Preta	Representação
12	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	FIO 9922	2018/2019	Branca	Serviço
13	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	DSM 2343	2018/2019	Branca	Serviço
14	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	BZA 6886	2018/2019	Branca	Serviço
15	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	PBW 8321	2019/2020	Branca	Serviço



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

16	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	PBW 8320	2019/2020	Branca	Serviço
17	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	PBW 8319	2019/2020	Branca	Serviço
18	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	PBW 8318	2019/2020	Branca	Serviço
19	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	PBW 8317	2019/2020	Branca	Serviço
20	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	PBV 9616	2019/2020	Branca	Serviço
21	Chevrolet, SPIN LT 1.8, 4 portas	PBV 9615	2019/2020	Branca	Serviço
22	Citröen, Jumpy Pack, 5 portas	RAD 4908	2019/2020	Branca	Serviço
23	Jeep Compass Longitude 1.3 T270 Flex Aut. (5 passageiros)	RYS 4D28	2023/2023	Preta	Representação
24	Jeep Compass Longitude 1.3 T270 Flex Aut. (5 passageiros)	RYK 7E61	2023/2023	Preta	Representação
25	Chevrolet, SPIN 1.8 L AT LT 7	RYO 5E59	2023/2024	Branca	Serviço
26	Chevrolet, SPIN 1.8 L AT LT 7	RYO 5D09	2023/2024	Branca	Serviço
27	Chevrolet, SPIN 1.8 L AT LT 7	RYO 5D59	2023/2024	Branca	Serviço
28	Peugeot Boxer Furgão PK	RYW 0619	2023/2023	Branca	Serviço



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina